



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMILA CORRÊA STEIN

**ANÁLISE DE ESTRANGEIRISMOS NO LIVRO DIDÁTICO:
*PORTUGUÊS: DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO***

JARDIM - MS

2010

CAMILA CORRÊA STEIN

ANÁLISE DE ESTRANGEIRISMOS NO LIVRO DIDÁTICO:

PORTUGUÊS: DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras
Habilitação Português-Inglês da Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Licenciado em Letras. Orientador: Prof^º. MSc. Roseli
Peixoto Grubert

JARDIM-MS

2010

CAMILA CORRÊA STEIN

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANÁLISE DE ESTRANGEIRISMOS NO LIVRO DIDÁTICO:
*PORTUGUÊS: DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO***

APROVADO EM: _____ / _____ / _____

Orientador: Prof^ª. MSc. Roseli Peixoto Grubert

UEMS

Prof. Dr.. Miguél Eugenio Almeida

UEMS

Prof^ª. Esp. Michele Serafim dos Santos

UEMS

Corrêa Stein, Camila

Análise de Estrangeirismos no Livro Didático: Português: de olho no mundo do trabalho/
Camila Corrêa Stein. Jardim: UEMS, 2010. p. 35

Bibliografia

Monografia de Graduação – Curso de Letras Habilitação Português-Inglês –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

1. Estrangeirismo 2. Língua Portuguesa 3. Livro didático

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Assinatura do autor

*Dedico essa monografia a Deus e aos meus pais
Maria e Sebastião, por me concederem a maior
dádiva que um ser humano pode receber: a vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar conseguindo alcançar meus objetivos.

A minha família, em especial meus pais, onde sempre encontrei apoio principalmente nos momentos de dificuldade e não me deixaram desistir do curso.

A minha orientadora Professora Roseli Grubert Peixoto Martinez pela dedicação e compreensão, e por acreditar em meu trabalho. Que Deus te abençoe sempre.

A minha amiga Eliane, que foi mais que uma amizade de faculdade. Companheira em todos os momentos. Sempre estamos juntas nas horas de estudo e nas horas de festas. Te adoro amiga.

Agradeço ainda a todos meus colegas de sala que nesses quatro anos sempre fomos parceiros e aos colegas do ônibus pelos momentos de diversão que tivemos.

E a todos os mestres e doutores que corresponderam a minha expectativa enquanto acadêmica dentro e fora da sala de aula. Obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o uso de termos estrangeiros na série adotada pelo MEC “Português: de olho no mundo do trabalho” usado para o ensino da Língua Portuguesa nos três anos do Ensino Médio, pelos professores da escola estadual Castelo Branco/ Bela Vista – MS. O aporte teórico que fundamenta este trabalho é a Teoria da Mudança Linguística nos moldes da Sociolinguística. A partir de críticas feitas à inserção do estrangeirismo na Língua Portuguesa, em especial do projeto de Lei nº. 1676/1999, do Deputado Aldo Rebelo, que “Dispõe a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa”. Diante desse pressuposto, vários linguistas não aceitaram a objeção de imediato, sem primeiro analisar rigorosamente o assunto, pois os mesmos argumentaram a desconexão entre a conotação estrangeira e a Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Estrangeirismos, Língua Portuguesa, Livro Didático.

ABSTRACT

This research aims to identify the use of foreign terms in the series adopted by the MEC "Portuguese: an eye on the world of work " used for the teaching of Portuguese in three years of high school, state school teachers of Castelo Branco / Bela Vista - MS. The theoretical basis of this paper is that the Theory of Linguistic Change in the patterns of sociolinguistic. From criticism to the insertion of foreign words in Portuguese, in particular the draft Law. 1676/1999, Mr. Aldo Rebelo, which "provides the protection, defense and the use of Portuguese." Given this assumption, several linguists have not accepted the objection immediately, without first considering the matter carefully, as they argued the disconnect between the foreign and Portuguese language connotation.

Keywords: Foreign, Portuguese Language, Didactic book.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 11 |
| 1.1 História da Língua Portuguesa | 11 |
| 1.1.2 Estrangeirismos | 12 |
| 1.1.3 A presença da Língua Inglesa em nosso idioma | 15 |
| 1.1.4 As mudanças linguísticas | 16 |
| 1.1.5 Estrangeirismo e preconceito linguístico | 17 |
| 1.1.6 O que dizem os linguistas | 18 |
| 1.1.7 A Sociolinguística | 21 |
| 1.1.8 O livro didático | 22 |
| CAPÍTULO II – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 24 |
| 2.1 Estrangeirismos no livro didático | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| REFERÊNCIAS | 29 |
| ANEXOS | 31 |

INTRODUÇÃO

Em 1500, com a vinda das caravelas, a Língua Portuguesa chega ao Brasil-colônia como parte da consolidação do poder colonial sobre essas terras: tem-se, assim, o estrangeirismo do colonizador.

Esta pesquisa trata do uso de estrangeirismos no Livro Didático de Língua Portuguesa utilizada no Ensino Médio como volume único, dos autores Ernani Terra e José De Nicola. Através de demonstrações de palavras ou frases soltas estrangeiras existentes no livro. Como: *carnavale, show, email, sites*.

Em situações específicas de uso, e por falantes também específicos, os estrangeirismos podem ser compreendidos pelos brasileiros sem, necessariamente, aportuguesarem-se. A compreensão (ou não) de uma palavra no contexto de uso não implica a necessidade do conhecimento prévio de sua origem: sua etimologia, por exemplo. Segundo, as pesquisas linguísticas têm a ver, sim, com o mundo de referência à qual remete (MARCON, 2005).

A língua, na realidade, não existe apenas seus falantes é que existem inseridos em contextos sócios históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros. Não precisamos, portanto, nos defender de estrangeirismos, uma vez que os males da globalização são outros. Os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática: eles contribuem apenas no nível mais superficial da língua, que é o lexical, como ilustra Bagno (2001, p. 74): *O office-boy flertava com a baby-sitter no hall do shopping-center*.

Sabemos que em várias situações comunicativas, podem existir maneiras diferentes de se dizer a mesma coisa, isso significa que a língua se constitui de variações, que podem ou não apresentar mudanças. Por exemplo, o estrangeirismo *coffee-break*.

Assim o objetivo desse trabalho é identificar o uso de termos estrangeiros na série adotada pelo MEC “Português: de olho no mundo do trabalho” usado para o ensino da Língua Portuguesa nos três anos do Ensino Médio.

A análise também evidenciou que os estrangeirismos/empréstimos são variações que ocorrem na língua entre os falantes, não se configurando como prejudicial à língua. Assim, conforme aponta Marcon (2005), ter conhecimento de uma segunda língua é uma ampliação do universo cultural de cada indivíduo. A autora pontua ainda que o domínio de uma língua estrangeira é importante também para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo descreve todo o aporte teórico que fundamenta este trabalho. Serão discutidos os conceitos de estrangeirismo, a presença da Língua Inglesa, mudanças linguísticas, preconceito linguístico, a opinião dos linguistas, a sociolinguística – com base em Garcez e Zilles (2001), Bagno (1999), Fiorin (2001), Possenti (2001), Guedes (2001), Schmitz (2001), Faraco (1991), Faraco (2001) e Marcon (2005).

1.1 – História da Língua Portuguesa

O contexto histórico em que se criou e se desenvolveu a Língua Portuguesa está ligado a fatos que pertencem à história geral da Península Ibérica, onde contemporaneamente se situam Portugal e Espanha (MARCON, 2005).

De acordo com Marcon (2005), investigações da arqueologia e da etnografia revelam que dois povos primitivos devem ter habitado a península: um cântabro pirenaico e outro mediterrâneo, dos quais se teriam originado, respectivamente, o basco e o ibero. E este último desempenhou papel mais importante na história da Península. Tanto que dele recebeu o nome: Península Ibérica.

Os fenícios e os gregos disputaram entre si a posse da região, atraídos pelas riquezas minerais em ouro e prata ali existentes. Com a derrota e a expulsão dos gregos, os fenícios estabeleceram-se na costa meridional da Península e, em 1100 a.C, fundaram Gadir, hoje Cadiz. Todavia, os fenícios não foram os verdadeiros colonizadores. Viviam da navegação e do comércio e não penetravam para o interior das terras. Por isso, ao enfraquecer seu poderio marítimo, as colônias desapareceram absorvidas pela população indígena (MARCON, 2005).

Por volta do II milênio a.C, o grande movimento migratório de leste para oeste dos povos que falavam línguas indo-europeias terminou, e um grupo, os celtas instalou se na Europa Central, na região correspondente às atuais Boêmia (Republica Tcheca) e Baviera (Alemanha). E foram ocupando várias outras regiões até habitarem mais da metade do continente europeu (MARCON, 2005).

Os celtas são conhecidos, por diferentes denominações: celtíberos na Península Ibérica, gauleses na França, bretões na Grã Bretanha ou gálatas no centro da Turquia.

A Língua Portuguesa, que tem como origem a modalidade de fala o latim, desenvolveu se na costa oeste da Península Ibérica e na província romana de Lusitânia.

Durante o período de 409 d.C. a 711, povos de origem germânica instalam-se na Península Ibérica. O efeito dessas migrações na língua falada pela população inicia um processo de diferenciação regional. Algumas influências dessa época estão presentes no vocabulário do português moderno como: *roubar, guerrear e branco* (MARCON, 2005).

A partir de 711 d.C., com a invasão dos mouros na Península Ibérica, o árabe é adotado como língua oficial nas regiões conquistadas, surgindo novas palavras ao vocabulário português: *arroz, alface, alicate e refém*.

No século XI, à medida que os antigos domínios foram sendo recuperados pelos cristãos, os árabes são expulsos para o sul da Península, onde surgem os dialetos mocárabes, a partir do contato do árabe com o latim.

Segundo Marcon (2005, p.41) com a independência política de Portugal, houve a diferenciação progressiva entre o português e o galego. Em documentos do latim do século IX, já se encontram algumas formas vernáculas, o que prova que o Português já existia nesse tempo. No entanto, somente no século XII é que aparecem textos redigidos em português, sendo a poesia a primeira forma literária cultivada. O século XVI foi a idade de ouro da literatura portuguesa com o cultivo dos vários gêneros literários e o surgimento da gramática disciplinando a língua.

Ainda segundo Marcon, esses fatos históricos reforçam a ideia de que a língua não está fora do homem, mas faz parte dele; faz parte, então, de um povo, de uma nação e, por isso, sofre com eles a adaptação necessária a cada época, sem garantias de manter-se pura.

1.1.2 – Estrangeirismos

Desde dez anos atrás houve muitos pesquisadores estudando os chamados estrangeirismos (FARACO, 2001), que segundo Garcez e Zilles (2001) é o emprego na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no Português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que origina o empréstimo (GARCEZ E ZILLES, 2001).

Entretanto em pouco mais de um século o médico Castro Lopes fazia “grande barulho pela imprensa”, defendendo a substituição das palavras francesas, usadas em abundância entre

os letrados no Rio de Janeiro de então, por estranhos neologismos de base latina erudita, atitude que mereceu “ferinas críticas” de Machado de Assis. Felizmente, as invencionices lexicais de Castro Lopes só sobreviveram como motivo de piada (FARACO, 2001, p.9).

Assim tudo começou quando um deputado federal, andando pelas ruas, achou que a diversidade de palavras e expressões estrangeiras (principalmente do Inglês) era excessiva. Num raciocínio simplista, concluiu que a Língua Portuguesa estava sendo completamente descaracterizada e seriamente ameaçada, pondo em risco todo o patrimônio cultural dos brasileiros.

Então propôs à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1676/99, que declara lesivo ao patrimônio cultural brasileiro “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira” e determina sua substituição em 90 dias da publicação da lei.

Muitos linguistas já opinaram sobre o projeto de lei. E as reações contrárias ao assunto têm sido inúmeras. Entre eles Faraco (1991, p.18):

A linguística tem mostrado que não existe língua Homogênea: toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ela se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo [...] e assim por diante.

O presidente da Academia Brasileira de Letras, (Tarcísio Padilha), e o único filólogo que a compõe, (Evanildo Bechara), em entrevista ao Jornal do Brasil (01/04/2001), condenaram o anacronismo do projeto e o consideraram inteiramente inócuo.

O escritor Luiz Fernando Verissimo, em crônica publicada no Jornal Zero Hora (02/07/2001), considerou o improcedente e xenófobo.

Garcez e Zilles (2001, p.31) afirmam o equívoco desse raciocínio, considerando-o linguisticamente preconceituoso, e que o equívoco não está em dizer que esse pode ser um processo de exclusão. O equívoco está, por um lado, em não ver que usamos a linguagem, com ou sem estrangeirismos, o tempo todo, para demarcarmos que é de dentro ou de fora do nosso círculo de interlocução, de dentro ou de fora dos grupos sociais aos quais queremos nos associar ou dos quais queremos nos diferenciar. Há, pois, diversas maneiras de fazer exclusão pelo uso da linguagem, dentre elas o uso de estrangeirismos – possivelmente, umas das menos eficazes, porque muito evidente. Segundo esses mesmos autores, parece bem mais eficaz a

exigência de uso da variedade da língua falada pelas classes dominantes como única forma legítima de acesso à mobilidade social e ao poder.

E todos os outros linguistas e humoristas, como Millôr Fernandes e a escritora Lya Luft, procuraram demonstrar os equívocos do projeto diretamente ao deputado através da imprensa (FARACO, 2001).

Esses questionamentos ressaltam controvérsias, quanto à conotação linguística do estrangeirismo envolvendo-se dentro da Língua Portuguesa.

Conforme apontado por Marcon (2005), no decorrer do dia a dia das pessoas implica-se que muitas acordam pedindo seu *breakfast*. No trânsito, enfrentam o *rush*, na metade de sua manhã, param para fazer um *coffee – break* e, após um período estressante de trabalho, pedem um *time*, pois é hora do almoço. No restaurante, enfrentam fila excessiva até o *self service*, ou mesmo num serviço de *fast food*. Após o almoço, alguns minutos de *relax* para amenizar o *stress* do trabalho. Depois de um dia cansativo, um *happy hour* com os amigos, enquanto outros preferem dar simplesmente um *time*.

Silveira (2000) também mostra como os estrangeirismos estão presentes no cotidiano. Segundo ele, em tempos difíceis, como estes em que vivemos, com dinheiro escasso, nos passeios aos *shoppings centers*, o que todo mundo procura são produtos em *sale*, onde se podem encontrar preços cinquenta por cento *off* (50%). Se a loja tiver serviços *delivery* melhor ainda: será simplesmente *the best*. Pode se esperar tranquilamente, em casa, pela chegada de um *motoboy* ou de uma *van* com as compras. Há ainda os acomodados que, para evitar o *stress* nas lojas, alienam se a tecnologia preferindo fazer as compras *on line*, pela *internet*. O pagamento pode ser feito através do seu *personal home banking*.

Marcon (2005) afirma que negar essas marcas em nosso dizer é negar uma variação que já se consolidou pelo uso, pela aceitação, independente da vontade da interpretação leiga sobre o que se pode ou não falar.

Sendo assim, podemos concordar com Faraco (2001, p.19) quando ele afirma:

Do ponto de vista exclusivamente linguístico (isto é, estrutural, imanente), as variedades se equivalem e não há como diferenciá-las em termos de melhor ou pior, de certo ou errado: todas têm organização (todas têm gramática) e todas servem para articular a experiência do grupo que a usa.

Contudo, o estrangeirismo é um, entre tantos empréstimos que o falante da Língua Portuguesa faz de outras línguas. Afinal temos nossa língua e podemos falar por nós mesmos.

Pois a língua é um fenômeno histórico social, portanto é um elemento constitutivo da individualidade de cada onde a linguagem é um meio de comunicação e também um instrumento de pensamento. Marcon (2005) aponta que a grande diversidade de línguas acompanha a grande variedade de culturas, cada uma delas com suas formas e estruturas básicas definidas.

Assim, Bagno (2001, p.74) afirma “[...] que os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua gramática. Por isso, não são capazes de destruí-la, como juram os conservadores. É o mesmo que temer que alguns desenhos coloridos pintados na fachada de um prédio possam fazê-lo desmoronar”.

1.1.3 – A presença da Língua Inglesa em nosso idioma

Segundo Marcon (2005, p.42) a linguagem é considerada o principal sistema simbólico de todos os grupos, uma vez que caracteriza e marca o homem em seu contexto. Cumpre, assim, um papel essencial como constituidora da consciência humana e organizadora do pensamento. É por meio da linguagem que os homens interatuam. Assim, Labov (2000, p.16) afirma “que a língua não é simplesmente um veículo para se transmitir informações, mas é também um meio para se estabelecer e manter relacionamentos com outras pessoas”.

Essa concepção fala do homem como ser pensante e transformador do ambiente em que convive, sendo assim procura, da melhor maneira possível, ser o agente dessa transformação.

O domínio de uma língua estrangeira, como segunda língua, constitui-se como mais uma possibilidade de ampliação do universo cultural do indivíduo, possibilitando-lhe o acesso à apropriação de conhecimento de outras culturas. Para ampliar esse conhecimento cultural é importante o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira, cuja escolha deve ser feita conforme as necessidades de sobrevivência nesse mundo globalizado (Marcon, 2005).

Vivemos um momento em que o mercado de trabalho se torna a cada dia mais competitivo, e o domínio de, uma língua estrangeira está se tornando impreterivelmente importante.

Marcon (id, p. 43) entende que é por meio da linguagem que nos apropriamos dos conhecimentos historicamente produzidos e, é pela linguagem que o pensamento é organizado (cf. VIGOTSKY, 2003) e se desenvolve, pois pensamos que quanto mais línguas o sujeito dominar, maiores serão as oportunidades de apropriação dos conhecimentos de outras

culturas. A presença do outro nessa interação só favorecerá ainda mais a busca de uma identidade heterogênea, complexa, rica em soluções e movimentos, o que auxiliará esse mesmo sujeito a compreender as demais culturas, ou melhor, a sua.

Na educação, as línguas estrangeiras, contribuem para o desenvolvimento individual e nacional. Possibilitando ao cidadão enxergar além da sua própria cultura, sem desprezá-la.

Sobre o projeto do deputado Rebelo citado anteriormente, torna-se difícil para os futuros falantes de uma língua estrangeira, por exemplo, do inglês, compreender a importância de estudá-la, se o uso de estrangeirismos, de maneira especial o uso de anglicismos, é visto por alguém que decreta leis no País como uma pessoa ruim, capaz de descaracterizar o idioma brasileiro, como um uso que deve ser combatido, mesmo que seja pela força de um decreto. Podemos então concordar com Marcon (2005), que é estranho, para não dizer incabível, que no Brasil, esse tipo de atitude, de proibir o cidadão de se expressar usando termos que não fazem parte da língua materna seja apoiada por muitos, enquanto que, nos países de primeiro mundo, espera-se que os cidadãos conheçam pelo menos duas línguas além da sua língua materna.

1.1.4 – As Mudanças Linguísticas

Faraco (1998) diz que qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática. A classificação geral das mudanças é feita utilizando-se os diferentes níveis comuns no trabalho de análise linguística. Assim, na história de uma língua pode haver mudanças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais, pragmáticas.

- **Mudanças fonético fonológicas:** tanto a fonética quanto a fonologia ocupam-se com a realidade sonora das línguas, mas de pontos de vista diversos. A fonética estuda a fase física e articulatória dessa realidade (os sons da fala, sua produção e qualidades acústicas) e a fonologia estuda a face estrutural, ou seja, o sistema de princípios e relações que dá organização à realidade sonora de cada língua.
- **Mudanças morfológicas:** trata dos princípios que regem a estrutura interna das palavras: seus componentes (chamados de morfemas), os processos derivacionais (as formas de se obter novas palavras) e flexionais (as formas de se marcar, no interior da palavra as categorias gramaticais como gênero, número, aspecto, voz, tempo, pessoa).

- **Mudanças sintáticas:** é o estudo da organização das sentenças numa língua.
- **Mudanças semânticas:** mudanças que alteram os processos que reduzem (restringem) o significado da palavra ou os processos que ampliam o significado.
- **Mudanças pragmáticas:** tem como tarefa estudar o uso dos elementos linguísticos em contraste com o estudo das propriedades estruturais desses elementos.
- **Mudanças lexicais:** as palavras como uma das unidades da língua, podem ser enfocadas sob uma forma sonora (fonético/fonologia), sua estrutura interna (morfologia), sua ocorrência como constituinte da sentença (sintaxe), seu significado (semântica) e seu uso (pragmática).

Os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas: os chamados “empréstimos” linguísticos ou “estrangeirismos”. (MARCON, 2005, p.50).

Assim como qualquer parte da língua pode mudar diacronicamente, desde aspectos fônicos até semânticos pragmáticos, num recorte sincrônico nenhuma língua é usada de maneira uniforme por todos os seus falantes em todos os lugares e em qualquer situação: a isso denominamos variação linguística, que pode ser entendida como formas distintas que traduzem um mesmo significado referencial e um mesmo valor de verdade, mas com valor social distinto, tal como podemos entender, por exemplo, no uso do estrangeirismo *sale* (equivalente à liquidação), na vitrine de uma loja (MARCON, 2005, p.50).

O fato é que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas, ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo (FARACO, 1991). Ou seja, a língua não é um objeto estagnado. Ela acompanha a história do homem que a fala, estando sempre sujeita a influências, e os empréstimos linguísticos fazem parte desse processo.

1.1.5 – Estrangeirismo e Preconceito Linguístico

Segundo Marcon (2005), o preconceito linguístico, no que se refere ao estrangeirismo, aparece no discurso dos que veem nele uma ameaça à sua língua materna. De maneira equivocada, tomam a escrita como essência da linguagem nata, esquecendo-se de que muito do que ali está foi inicialmente estrangeiro. Não há como contê-los, basta esperar que os estrangeirismos se sedimentassem na língua e, caso permaneçam, serão provavelmente padronizados na escrita, por exemplo, *shampoo*, que hoje é xampu.

Marcon (2005) diz que outro equívoco é acreditar que os empréstimos de hoje são mais volumosos ou mais poderosos em comparação aos outros tempos, em que nossa língua teria sido mais pura. Como já dito anteriormente, a tarefa de constatar o que é português puro ou não é quase impossível. Hoje, temos uma Língua Portuguesa falada por muitas pessoas, e a riqueza desse léxico se deve, em grande parte, a termos oriundos de outras línguas, fato que acontece desde o início dos tempos.

Para Marcon (2005, p. 70):

O preconceito linguístico é baseado na crença de uma língua singular, uma língua ideal, e qualquer manifestação linguística que escape a esse ideal é considerada errada, rudimentar, deficiente, aliás, preconceito de muitos anos. É o que acontece com a norma culta em detrimento da coloquial.

Os portugueses dizem que os brasileiros falam um português “errado” (Marcon, 2005, p.70). Bagno (1999, p.20) em seu livro fala sobre o mito “Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem Português”. No entanto, esse mesmo pensamento não é somente nosso, os franceses dizem que os Belgas e Suíços falam um Francês “feio” os Ingleses acusam os Norte-Americanos de “deturparem” a língua de Shakespeare, os Espanhóis dizem que os Latino-Americanos falam um castelhano “viciado” (MARCON, 2005, p. 70-71).

O estrangeirismo é alvo também desse preconceito e julgamento negativos.

Marcon (2005) diz que, além disso, é outro preconceito supor que o que é perceptível hoje como estrangeirismo permanecerá por muito tempo como elemento estrangeiro e alheio à língua receptora, mantendo sua face alienígena. O caminho que os termos estrangeiros percorrem se encarrega de inseri-lo em uma nova identidade.

A mesma autora afirma que o fenômeno da variação linguística é algo lógico, bem estruturado e acompanha as tendências da língua, a não ser quando é refreado por projetos de pessoas leigas no assunto que, além de não compreenderem a lógica da língua, consideram erros as diferenças existentes nela. E que essas variedades existem de fato, cada um de nós fala uma variedade ou mais, e estas são reais e concretas (MARCON, 2005).

1.1.6 – O que dizem os linguistas

A retomada da discussão sobre estrangeirismos no Português do Brasil começou a ter relevância nos estudos linguísticos brasileiros contemporâneos a partir do ano de 1999, com a criação do Projeto de lei nº. 1676, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (MARCON,

2005). E esta referência fez com que estudiosos questionassem e organizassem grupos de controvérsias ou a favor com indagações subjetivas ao rigor do assunto.

O livro organizado por Faraco (2001) conta com oito artigos: o artigo de Garcez e Zilles aborda a proposta “Desejos e ameaças”. Nele, os autores discutem a complexidade sociocultural e linguística do uso de palavras e expressões estrangeiras na Língua Portuguesa. Segundo os autores, a discussão sobre esse tema faz, do contato entre as línguas, um campo propício para o desenvolvimento de determinados episódios da vida social da linguagem, das quais surgem posições políticas e sociais conflitantes.

Os estrangeirismos, na perspectiva dos autores desse artigo, na maioria das vezes, têm vida curta ou são incorporados naturalmente à língua, neste caso, será difícil dizer a origem do termo tomado por empréstimo.

Garcez e Zilles (2001), ao fazerem referência ao esforço de Aldo Rebelo para proteger a Língua Portuguesa, mantendo-a pura de influências externas, acreditam que esse posicionamento remete a outro problema. A Lei, que vê no elemento estrangeiro uma ameaça à identidade nacional, traz subentendida a ideia de que se pretenda defender, também, uma só língua: a língua do poder que está sob controle da classe dominante. Nesse sentido, supõe-se que objetivem mantê-la pura, inclusive dos ataques e influências internas pelas variedades não prestigiadas da língua, faladas pelos que não têm poder.

Faraco (2001) também apresenta seu artigo “Guerras em torno da língua – questões de política linguística”, e nos chama a atenção para o fato de que, depois de 40 anos de sua introdução oficial nas universidades brasileiras, a linguística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral e, para a sociedade brasileira, não há propriamente uma questão linguística, pois o modo científico de dizer a realidade linguística nacional não conseguiu ainda se fazer ouvir a ponto de colocá-la como uma questão concreta.

Faraco (2001) ainda nos diz que a língua, como de resto qualquer outro fenômeno, é circundada e atravessada por inúmeros discursos. E vai além, a própria delimitação do que entendemos por língua, seja no interior da atividade científica, seja fora dela, resulta de práticas discursivas complexas e heterogêneas. E essas práticas tanto podem se complementar e se inter iluminar, como podem se contradizer e se recusar radicalmente. A esses encontros e confrontos podemos atribuir à denominação de guerras culturais ou guerras discursivas em torno da língua.

Faraco (2001) visa observar que as línguas mudam “nem para o bem nem para o mal”, mas sim para atender às necessidades dos seus falantes. O mesmo também apresenta o

propósito de rebater os enganos cometidos pelo deputado na elaboração de lei em relação às questões linguísticas.

Bagno (2001) em seu artigo “Cassandra, fênix e outros mitos”, nos mostra que não é preciso promover, nem ir contra, a mudança linguística porque ela é inerente à língua, e que essas mudanças não descaracterizam o nosso idioma, pelo contrário, o enriquecem. Ele ainda nos diz que hoje o idioma por meio da qual nos comunicamos, ainda não pode ser considerado uma nova língua, mas também não é mais o português que se falava em Portugal.

Bagno (idem) reforça toda a crítica em torno desse projeto ao recuperar vários momentos da longa história conservadora à qual se assemelha a visão de Rebelo. E, através dessa mesma viagem no tempo, mostra nos que a língua já sofreu, e vem sofrendo, mudanças com o passar dos tempos. O autor faz referência ao conservadorismo, pois o deputado possui uma imposição conservadora, que extingue línguas e utiliza uma variação, determinando como erradas e incultas as demais.

Schmitz (2001), através de seu artigo “O Projeto de Lei nº 1676/99 na imprensa de São Paulo”, identifica a posição contrária que os editores da grande imprensa têm mostrado em relação a esse projeto. E deixa claro que ele não é, de maneira alguma, contra o uso de palavras ou expressões de outra língua na Língua Portuguesa, pois esse fenômeno contribui para o enriquecimento de qualquer idioma.

Em seguida, vem o trabalho de Fiorin (2001) no artigo “Considerações em torno do Projeto de lei nº 1676/99”. Ele relata sobre política linguística e planificação linguística, e a diferença entre ambas. Ele enumera sugestões de como o projeto poderia promover a Língua Portuguesa através de ações concretas, em vez de defendê-la de si mesma. O autor deixa claro que todas as línguas apresentam variantes, não só a nossa, e que essas variantes não são capazes de descaracterizar, nem empobrecer, nenhuma delas.

Guedes (2001), em seu artigo “E por que não nos defender da língua”, diz que o projeto de autoria de Rebelo representa um dos mais retrógrados e autoritários de todos os que já se ouviu falar sobre língua aqui no Brasil.

Ele comenta que a própria história de uso da língua nos mostra que cada época teve sua razão para propor projetos em torno da proteção da mesma contra o que os ditos puristas da língua rotularam, e ainda o fazem, como sendo algo capaz de empobrecer, até mesmo descaracterizar, a Língua Portuguesa, os empréstimos linguísticos.

O autor ainda nos fala que quem precisa ser defendido é o povo brasileiro. Para ele, o fato de muitos cidadãos não compreenderem, por exemplo, o uso de *delivery* em vez de “entrega em domicílio”, não é mais grave do que esse mesmo cidadão não entender o próprio

Projeto de Lei de Aldo Rebelo, uma vez que é regido em termos bastantes desconhecidos, até mesmo pelos considerados alfabetizados.

Para Guedes (2001) o objetivo maior de seu artigo é conscientizar seus leitores de que sua maior preocupação é o povo brasileiro, já que esse Projeto de Lei possui características de um texto antigo, conservador, elitista e excludente. Ele diz, também, que o próprio Português causou danos irreversíveis à cultura brasileira, extinguindo, por exemplo, mais de mil das línguas indígenas que foram faladas aqui no Brasil, através de uma lei imposta pelo Marques de Pombal.

Logo após vem o artigo “Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos” de Zilles (2001). A autora procura demonstrar, através de fatos linguísticos, que o Projeto de Lei nº 1676/99 é bastante simplista, equivocado e arbitrário. Zilles (2001) ainda nos diz que esse projeto não condiz com a realidade das línguas humanas, nem com o momento histórico em que Constituição garante a livre expressão a todos, inclusive fazer o uso ou não de palavras ou expressões estrangeiras no nosso dia a dia. Outra característica desse projeto é a maneira simplista que se pretende punir quem fizer uso dessas palavras ou expressões.

Por último o artigo de Possenti (2001), no qual o autor submete os argumentos de rebelo a uma pormenorizada análise, além de demonstrar os equívocos e falácias do deputado. O autor tenta comprovar que o fenômeno de empréstimos é algo inerente às línguas humanas, bem como o fato de que, ao tomar palavras do inglês ou construí-las com elementos gregos ou latinos, isso não reproduz mudança na natureza da língua, apenas é mais uma entre tantas das variações da língua. Por isso, Possenti trata desse assunto como algo incapaz de desnacionalizar nosso idioma, por um lado, ou como algo capaz de empobrecê-lo por outro. Ele também nos afirma que essa variação linguística, o uso de palavras ou expressões estrangeiras, enriquece a nossa língua.

1.1.7 – A Sociolinguística

Marcon (2005, p.101) diz que “a Sociolinguística é o ramo da ciência que se dedica a análise e à abordagem dos fatores que influem na execução da língua em uma determinada comunidade, ou seja, ela estuda a variação linguística, procurando examinar as relações que se estabelecem entre as estruturas sociais e o funcionamento do código linguístico para, assim, localizar as fontes das mutações”.

Segundo Camacho, a Sociolinguística trata da estrutura e da evolução da linguagem, encaixando-a no contexto social da comunidade (MUSSALIM E BENTES, 2001, p.56).

Marcon (2005) afirma que a Sociolinguística aboliu preconceitos ao considerar que a heterogeneidade é inerente e ao afirmar que todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam, e que nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas na percepção e na produção de enunciados.

Conforme Alkmim (2001, p. 31), “a sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”. A autora ainda pontua que, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

De acordo com Marcon (2005) as condições de variação são fonológicas ou sonoras e não estão sujeitas ao acaso, acham-se marcadas por motivações emanadas do próprio sistema linguístico. Essas motivações impedem que essa correlação se estabeleça de modo absoluto no uso real.

1.1.8 – O Livro Didático

Segundo Bittencourt (2007) em seu artigo, a história do Livro Didático (LD), ao se constituir em campo significativo da área, introduziu a preocupação de inventar e preservar, o máximo possível, a produção escolar. Foi com essa preocupação que pesquisadores do Centro de Memória da Educação da Feusp iniciaram a organização de um acervo de livros didáticos das diversas disciplinas escolares constituídas a partir do início do século XIX. Paralelamente à organização da Biblioteca do Livro Didático (BLD), o projeto de organização de acervos didáticos conta atualmente com o apoio financeiro da FAPESP para a elaboração de um banco de dados dos livros escolares – LIVRES, cujo objetivo é recensar os livros didáticos brasileiros produzidos de 1810 aos dias atuais e disponibilizar o conjunto de informações pela internet. O banco de dados Livres vem sendo constituído desde 2003 por intermédio de trabalhos de vários especialistas da história das disciplinas e das edições escolares, promovendo intercâmbios com outros centros de pesquisa nacionais e internacionais.

O Livro Didático é um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação.

A produção de material didático é importante numa época em que o ensino de Língua Estrangeira passou por transformações, em que a gramática parece ter sido relegada a um segundo plano. Atualmente, os alunos possuem uma visão diferente dos recursos utilizados em décadas passadas, por que estão mergulhados em um contexto de comunicação de massa que contribui para adquirir um novo conceito, valores e construir conhecimentos e com isso cria a exigência de uma visão crítica dos recursos que estão a sua volta.

Diante dessa nova realidade, o livro didático não pode ser considerado como o único recurso no ensino/aprendizagem, mas como mais um recurso didático a ser incorporado a outros (o jornal, o vídeo, revistas, internet, música, fitas cassetes, CD ROM, livro de exercícios) que venham a atender às necessidades dos alunos.

CAPÍTULO II – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo Identificar sobre o uso de estrangeirismos, na série adotada pelo MEC “Português: de olho no mundo do trabalho” usado para o ensino da Língua Portuguesa nos três anos do Ensino Médio dos autores Ernani Terra e José De Nicola.

2.1 – Estrangeirismos do inglês no livro didático

Procurei observar de que forma este livro abordou o estrangeirismo.

E assim apreciei que os autores dividiram o Livro de Língua Portuguesa em Produção de Texto e Gramática, porém anexando a linguagem estrangeira.

A Produção de Texto está dividida em 24 capítulos: Capítulo 1- *A produção de textos*; Capítulo 2- *Linguagem e comunicação*; Capítulo 3- *Níveis de linguagem*; Capítulo 4- *As funções da linguagem*; Capítulo 5- *A intertextualidade*; Capítulo 6- *As várias vozes presentes no texto*; Capítulo 7- *O texto e sua coerência*; Capítulo 8- *A coesão textual*; Capítulo 9- *Gêneros e tipos textuais*; Capítulo 10- *Os textos conversacionais*; Capítulo 11- *O texto descritivo*; Capítulo 12- *A descrição e o ponto de vista*; Capítulo 13- *O texto narrativo*; Capítulo 14- *O texto argumentativo*; Capítulo 15- *Persuasão e argumentação*; Capítulo 16- *O texto explicativo*; Capítulo 17- *Palavras imperativas*; Capítulo 18- *O parágrafo*; Capítulo 19- *A correspondência e suas linguagens*; Capítulo 20- *A narrativa ficcional*; Capítulo 21- *Os elementos da narrativa*; Capítulo 22- *Defendendo um ponto de vista e os operadores argumentativos*; Capítulo 23- *Objetividade e subjetividade no texto argumentativo* e Capítulo 24- *A produção de textos e os exames*.

E a Gramática em 17 capítulos: Capítulo 1- *Fonologia*; Capítulo 2- *Ortografia*; Capítulo 3- *Acentuação gráfica*; Capítulo 4- *Estrutura e formação das palavras*; Capítulo 5- *O substantivo e o artigo*; Capítulo 6- *O adjetivo e o numeral*; Capítulo 7- *O pronome*; Capítulo 8- *O verbo*; Capítulo 9- *As categorias gramaticais invariáveis*; Capítulo 10- *Termos essenciais da oração*; Capítulo 11- *Termos integrantes da oração*; Capítulo 12- *Termos acessórios da oração- Vocativo*; Capítulo 13- *O período composto e as orações coordenadas*; Capítulo 14- *As orações subordinadas*; Capítulo 15- *Sintaxe da concordância*; Capítulo 16- *Sintaxe de regência* e Capítulo 17- *A crase*.

No capítulo 2- *Linguagem e Comunicação* de produção de textos (p.17), salienta um texto publicitário utilizando as palavras *outdoors*, *slogan* e *jingles*. Na sequência (p. 20), enfoca propostas de atividades para os alunos escolherem um gênero musical e analisar a linguagem de cada estilo. Sendo eles: pagodeiros, *rappers*, sertanejos *pop-românticos*, sertanejos *countries*, *funkeiros*, *axé music*, entre outros. Palavras como *funkeiros* com a alternância lexical do termo *funk*, é destinado para uma faixa etária mais jovem e um exemplo de neologismo. Neologismo criação de uma palavra nova a partir de uma já existente como *funk* = *funkeiros*. E *funk* também é um estrangeirismo, pois não é uma palavra de origem portuguesa e sim inglesa.

No capítulo 3- *Níveis de linguagem* (p.23) quando o contexto apresenta caráter jornalístico utilizando as palavras *TV*, *sites*, *internet*, geralmente apropria-se de linguagens abreviadas. Podendo servir de referencia a *internet*, um sistema de computador que permite o contato entre as pessoas para trocar informações.

Capítulo 6- *As várias vozes presentes no texto*, mesmo com discurso de vozes diferentes a palavra *TV* se torna repetitiva. Embora não falamos a palavra com o som da Língua Inglesa, a palavra televisão está abreviada. Isso mostra que estamos cada vez mais nos aproximando dos estrangeirismos.

Logo após no capítulo 10- *Os textos conversacionais* (p. 66, 67) aparecem duas entrevistas sobre o *rap* publicadas na revista MTV, n. 22 (jan./fev.2003). Mostrando a linguagem oral e a escrita.

Em seguida capítulo 12- *A descrição e o ponto de vista* (p.81), o texto *Velocidade Máxima Na Internet* coloca em destaque as palavras *Speed* (ADSL), *e-mails* e *sites*.

E no capítulo 16- *O texto explicativo* (p.101) explana proposta de produção de texto, para o aluno escolher um jogo (futebol, vôlei, basquete, tênis, game, etc). Pode-se perceber que todas essas palavras vieram do Inglês como: *basketball*, *tennis*, *football*. São na verdade (anglicismos), ou seja, os empréstimos ou estrangeirismos que a Língua Portuguesa adotou.

Na segunda parte do livro, que corresponde à Gramática, o capítulo 4 – *Estrutura e formação das palavras* (p.205), apresenta um texto sobre a história do Carnaval. Palavra essa que sofreu várias mudanças. É de origem Italiana que antes se falava *Carnavale*, *Carnelevale*, *Carnelevare* e hoje falamos *Carnaval*.

E por último os autores colocam em *Discutindo A Gramática* um texto Sobre Estrangeirismo (p.217).

Segundo os autores Terra e Nicola (2008) estrangeirismo são palavras ou expressões empregadas por uma determinada comunidade linguística, oriundas de outra língua. No caso

da língua portuguesa, a incorporação desses termos se dá por tradução literal, inclusão na grafia original ou aportuguesamento (adequação aos nossos sons, grafias e estruturas). E citam exemplos como: driblar (do inglês to dribble), surfe (do inglês surf), *show*, *shopping*, *cachorro-quente* (do inglês hot-dog).

E em seguida pede para discutir sobre o tema em sala de aula com os colegas e professor.

Todas essas palavras citadas acima são os chamados empréstimos ou estrangeirismos. Como disse no começo, ver Garcez e Zilles (p.14).

Deu para perceber também que as palavras e expressões inglesas aparecem no livro didático sempre em Itálico, podendo caracterizar a valorização e o respeito à Língua Inglesa e a intenção em fazê-las aparecerem de maneiras diferenciadas.

Em apreciação quanto às abordagens dos autores, identifiquei que o texto e as palavras falando sobre o estrangeirismo, no livro de Língua Portuguesa, demonstra a importância dos termos e expressões atualmente utilizada em nosso país.

No quadro abaixo mostra a origem das palavras que estão presentes no livro e a maneira como é falada a mesma palavra em outros países.

| PALAVRA | ORIGEM DA PALAVRA | EM PORTUGUÊS | OUTRAS LÍNGUAS |
|---------|---|--|---------------------------------------|
| site | do latim situs (lugar, local). | site | site em inglês (mesmo significado). |
| jingle | do EUA (anúncio cantado). | jingle | Jingle em inglês (mesmo significado). |
| funk | Influência norte americana (estilo musical). | funk | funk |
| country | dos Estados Unidos (estilo musical com raízes na música folk) | country | country |
| slogan | Do gaélico escocês sluagh-gairm (grito de guerra). | slogan (uma frase que serve como propaganda de | slogan |

| | | | |
|---------|--|------------------------|--|
| | | produtos ou polítios). | |
| outdoor | De origem inglesa (painel de propaganda). | outdoor | em inglês billboard. |
| vôlei | Do Francês voleé (vôo). Se refere ao vôo da bola. | vôlei | Massachussets (mintonnet), em Inglês (volley). Grafias diferentes mas possuem o mesmo significado. |
| futebol | Do inglês football (lançar a bola com os pés para a rede). | futebol | Roma (harpastum), Grécia (episleyros). Groelândia (mangrook). |

Os empréstimos ou estrangeirismos, mencionados, dão uma demonstração do quanto às duas Línguas (Inglês e Português) estão interligadas através do efeito de discurso da modernidade tecnológica, e conseqüentemente pela atual informatização e globalização.

E os estrangeirismos que estão na Língua Portuguesa não pertencem somente à Língua Inglesa, mas a outras línguas também, como o Frances, ao Latim, entre outras. Além dessas palavras que constam no livro didático existem tantas outras que estão presentes em nosso vocabulário, ou seja, na sociedade em si.

Será que os professores realmente trabalham os estrangeirismos com os alunos ou ficam por isso mesmo? Somente leem os textos e nem se quer trabalham o texto com alunos em cima daquelas palavras estrangeiras que estão contidas no texto.

Se pararmos para pensar não trabalham muito com estrangeirismos em sala, fica mais por conta da professora de Língua Inglesa. Explicar para que serve essas palavras.

Nós enquanto futuro professores, devemos saber que explicar sobre estrangeirismos, é tão importante até mesmo para o mercado de trabalho, saber falar uma Língua Estrangeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa identificou o uso de estrangeirismos no livro didático e mostra que não há motivo para preocupações quanto ao empobrecimento do idioma. E que o estrangeirismo ou empréstimo linguístico não é um fator que descaracteriza e ameaça a língua nacional, ao menos no que se refere ao livro didático.

A constatação de estrangeirismos sempre mais acentuados na língua portuguesa não se pode mudar. O importante é possibilitar ao aluno livros didáticos atualizados e cabe aos professores levantar a questão junto aos alunos, instaurar debates e de forma dinâmica e fazer da sala de aula um espaço de reflexão, em que seja possibilitado o contato de diferentes opiniões e que as divergências sejam explicadas como parte integrante dos seres humanos.

Marcon (2005, p.150) diz que “o Projeto de Lei n°. 1676/99 de Aldo Rebelo, mostra-se muito distante do verdadeiro entendimento de língua, daquilo que realmente importa para viver a língua em suas possibilidades”.

A presença de vocábulos de outras línguas contribui para enriquecer não só o nosso, mas qualquer idioma. Aqueles que acreditam no Projeto do Deputado Aldo Rebelo precisam entender que a presença de palavras estrangeiras em nossa língua não é uma ameaça a cultura brasileira, amplamente definida como literatura, música, teatro, folclore e dança.

Com referencia a esse pressuposto linguístico adquiri conceitos que fundamentaram ideias quanto o que vem a ser o estrangeirismo linguístico, porém no princípio da língua culta poucos se conformam.

Segundo Marcon (2005, p. 153), o homem não existe por causa da língua que fala, mas a língua existe por causa do homem e, assim como ele, acompanha o caminho mutante do comunicar-se.

Sistematizando a linguagem estrangeira no geral e diante de vários conceitos proporcionou-me uma ampla visão ao ressaltar argumentos para compreender a influência da mesma em nosso vocabulário científico e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Cassandra, fênix e outros mitos. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001 d.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Em foco: história e memória do livro didático**.

CAMACHO, R. G. **Sociolinguística. Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da Língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. **Linguística Histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de lei nº. 1676/99. In FARACO, C.A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

GARCEZ, P. e ZILLES, A. **Estrangeirismos: desejos e ameaças**. In Faraco, C. A. (Org.)

GUEDES, P. C. E por que não nos defender da língua? In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

MARCON, M. A. S. M. **Estrangeirismos Em Malhação: Ameaça Linguística ou Variação Lexical No Português TEEN?** 2005.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo, SP: Cortez, 2001.

POSSENTI, S. A questão dos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (Org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

SCHMITZ, J. R. O projeto de lei nº. 1676/99 na imprensa de São Paulo. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

SILVEIRA, Evanildo da. *Jornal da Unesp. Língua Portuguesa: Do you habla portoghese.*

TERRA, Ernani; NICOLA, José De. *Português: de olho no mundo do trabalho.* Livro didático. Volume Único para o Ensino Médio. Editora Scipione. 2ª edição. São Paulo, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Martins Fontes. São Paulo, 2003.

ZILLES, A. M. S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/151/ligportu.htm>. Acessado em 15/05/2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a07v30n3.pdf>. Acessado em 18/10/2010.

Disponível em: [www.linguaportuguesa.ufrn.br/história da língua no Brasil](http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/história_da_língua_no_Brasil). Acessado em 22/09/2010.

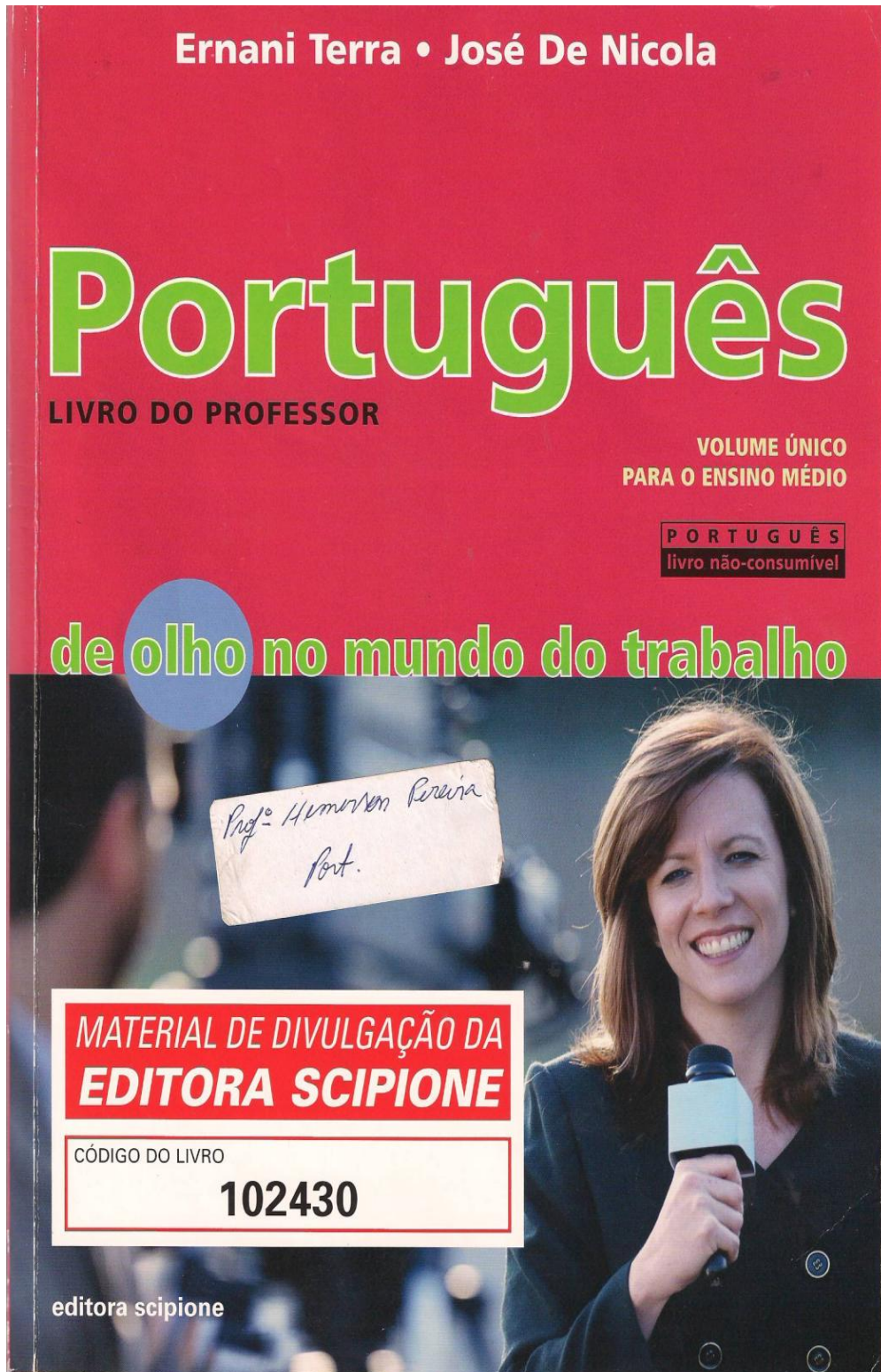
Disponível em: www.suapesquisa.com. Acessado em 18/12/2010.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com>. Acessado em 18/12/2010.

Disponível em: <http://www.teclasap.com.br>. Acessado em 18/12/2010.

ANEXOS

Anexo A



Anexo B

CARNAVAL

“O carnaval nos seus folguedos tem muito de pagão, mas seu nome não desmente as origens cristãs, associado que está à lei da abstinência da carne”. Que carnaval está ligado à carne, qualquer leigo pode ouvir ou ver na palavra. Mas e abstinência? Vamos à história.

Por muito tempo interpretou-se a palavra como *Carne, vale!*, ou seja, Carne, adeus! ou Adeus, carne! Seria a definição da festa como despedida da carne às vésperas da quaresma, tempo em que se impunha a abstinência da carne... interpretação visivelmente fantasiosa, onde carne é impossível como vocativo.

Hoje, os etimologistas mais acreditados concordam em apontar a origem italiana do vocábulo. *Carnevale*, de *carne-vale*, alteração de *carnelevare*: *carne levare*. *Levare* significando “deixar, pôr de lado, suspender, suprimir”. Referência clara á abstinência quaresmal que se seguia aos festejos carnavalescos.

(Português: de olho no mundo do trabalho. Página 205).

Anexo C

DISCUTINDO A GRAMÁTICA

Estrangeirismos são palavras ou expressões empregadas por uma determinada comunidade linguística, oriundas de outra língua. No caso da língua portuguesa, a incorporação desses termos se dá por tradução literal, inclusão na grafia original ou aportuguesamento (adequação a nossos sons, grafias e estruturas). Observe os casos abaixo e comente com a sala:

Driblar (do inglês to dribble)

Surfe (do inglês surf)

Futebol (do inglês foot ball)

Show / Shopping

Cachorro quente (do inglês hot dog)

O que você acha da incorporação de estrangeirismos? É exagerada? É necessária? Justifique e exemplifique.

Você acha que todas as palavras deveriam ser incorporadas de uma única forma? Qual? Por quê? Funcionaria? Justifique suas respostas.

(Português: de olho no mundo do trabalho. Página 217).